

# TERMINOLOGIA DE PARENTESCO EM PARKATÊJÊ

TEREZA TAYNÁ COUTINHO LOPES<sup>1</sup>  
UFPA

MARÍLIA DE NAZARÉ FERREIRA<sup>2</sup>  
UFPA

---

**RESUMO:** *Este trabalho apresenta uma descrição da terminologia de parentesco do povo Parkatêjê. Atualmente, uma parte do referido povo vive em uma aldeia na Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM), localizada no km 30 da BR-222, e outra parte na aldeia indígena Rôhôtatêjê, localizada na altura do km 35 da mesma rodovia, às proximidades do município de Marabá. A língua parkatêjê filia-se ao Complexo Dialectal Timbira, tronco linguístico Macro-Jê e, tal como é comum aos povos falantes de línguas Jê, exhibe um elaborado sistema de parentesco que engloba termos para parentes consanguíneos, afins e uma série para parentes mortos, além de ser fortemente influenciada pelo sistema de nominação da língua. A metodologia utilizada para a feitura deste trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica de materiais a respeito de línguas indígenas, linguística e antropologia, além de pesquisa etnográfica com coleta de dados na comunidade da língua em estudo.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *parentesco; línguas jê; parkatêjê.*

**ABSTRACT:** *This paper presents a kinship terms description of the Parkatêjê people. Nowadays there are two villages at Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM), one at Km 30 of BR-222 and the other at Km 35, close to Marabá, on the same road. The Parkatêjê language belongs to the Timbira Dialect Complex, Macro-Jê stock, and has a very well elaborated kinship terms system, which includes blood and affinity relatives and a series dedicated to dead relatives. Besides, it is strongly influenced by the nomination system. The methodology used to research kinship terms consists of a bibliographical search of materials about the people and their language, Linguistics and Anthropology, and an ethnographical research to collect data on site.*

**KEYWORDS:** *kinship; jê language; parkatêjê.*

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos na Universidade Federal do Pará, bolsista CAPES com pesquisa acerca de aspectos da Língua Parkatêjê. Graduada em Letras, habilitação em Língua Portuguesa, pela mesma instituição de ensino, onde atuou como bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) e realizou pesquisas nas áreas de linguística descritiva e antropológica. E-mail: [terezataynacl@gmail.com](mailto:terezataynacl@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora associada do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), vinculada à Faculdade de Letras (FALE) e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Pará. Desenvolve pesquisa em descrição de línguas indígenas desde 1989. E-mail: [mariliaferreira1@gmail.com.br](mailto:mariliaferreira1@gmail.com.br).

## Introdução

Questões referentes à relação entre língua(gem) e cultura despertam, há séculos, o interesse de linguistas e antropólogos, entre outros estudiosos que se preocupam em desvendar essa relação.

Um tema bastante tênue entre a língua(gem) e a cultura é o ‘parentesco’, conceito amplo e intrigante em cujo este estudo se centra, uma vez que “os estudos de parentesco correspondem a uma arena privilegiada para o desenvolvimento da reflexão sobre a relação linguagem e cultura” (SILVA, 1999).

Os “estudos de parentesco” é uma área relativamente nova, não tendo mais de um século de tradição. Essa área foi consagrada tanto na Antropologia quanto na Linguística por articular um sistema terminológico, ou seja, um vocabulário que caracteriza um fenômeno linguístico, e um sistema de atitudes que estabelece as relações sociais de grupos de indivíduos. Desta forma, o presente estudo apresenta uma descrição do sistema de parentesco dos Parkatêjê<sup>3</sup>.

Primeiramente faz-se, no presente trabalho, algumas considerações sobre o povo e a língua parkatêjê, bem como apresenta-se a metodologia empregada na pesquisa. Em seguida, abordam-se os sistemas de parentesco de diferentes línguas, com especial atenção ao parentesco em línguas Jê e Timbira, a fim de delinear os aspectos que marcam as relações de parentesco dessas línguas. Posteriormente, apresentam-se os dados da língua parkatêjê, com ênfase nas características das relações de parentesco nessa língua, ressaltando a influência da nomenclatura para o estabelecimento da terminologia de relacionamento em parkatêjê em comparação com o padrão descrito por Coelho de Souza (2002) para o Timbira.

---

<sup>3</sup> O povo Parkatêjê é também conhecido na literatura especializada como Gavião do Pará.

## Considerações sobre a língua e o povo Parkatêjê

A língua parkatêjê é falada pelo povo indígena denominado do mesmo modo. Esse povo vive, atualmente, em uma aldeia situada na Reserva Indígena Mãe Maria (RIMM), mais precisamente no km 30 da BR-222, município Bom Jesus do Tocantins, a sudeste do Estado do Pará. Segundo dados do posto de saúde da comunidade, a aldeia parkatêjê é formada por cerca de 478 pessoas (JÕPAIPARE, 2011).

De acordo com Rodrigues (1986), a língua Parkatêjê é pertencente ao Complexo Dialectal Timbira, família Jê, tronco linguístico Macro-jê. Também fazem parte deste complexo dialectal línguas como krahô, apaniêkra, krenye, entre outras que apresentam aspectos bastante semelhantes entre si.

## Metodologia

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa seguiu conforme o esperado para pesquisas em Linguística Antropológica. Foram realizadas as seguintes etapas: (i) levantamento bibliográfico a respeito do tema proposto; (ii) leitura e análise crítica das referências bibliográficas levantadas, tais como Lyons (1981), Sapir (1985), Batalha (1995), Coelho de Souza (2002), entre outras; (iii) trabalho de campo para coleta: os dados foram coletados por meio de entrevistas e arquivados em áudio e vídeo. Foi coletada inicialmente uma lista de termos de parentesco com o auxílio de falantes nativos e bilíngues de Parkatêjê e Português, entre os quais, Krôhokrenhum Parkatêjê, o líder da comunidade, Pojarêtetí, Jôhapÿ, Japênprãmti e Piare; (iv) organização e apresentação dos dados: o material coletado em campo foi transcrito ortograficamente, tanto em português quanto na ortografia parkatêjê; (v) discussão dos resultados obtidos.

## Parentesco Jê

Os povos que falam línguas Jê possuem diversas características

em comum, além de uma organização social bem definida, com aldeias circulares divididas em metades que caracterizam organizações dualistas, definidas por Lévi-Strauss (1976, p. 108) como “um sistema no qual os membros da comunidade – tribo ou aldeia – são distribuídos em duas divisões, que mantêm relações complexas, as quais vão da hostilidade declarada à intimidade mais estreita [...]”.

Da mesma forma ocorre com os povos Timbira, que partilham características como o corte de cabelo longo com um sulco em torno da cabeça à altura da franja; a produção de artefatos feitos com palha trançada (cestos, esteiras, faixas); a aldeia em forma de um grande círculo no qual as são casas dispostas lado a lado, com caminhos em direção ao pátio central; além de ritos como a corrida de tora. Apesar disso, ainda há controvérsia quanto às línguas aparentadas serem independentes ou dialetos de uma única língua, o Timbira. O fato é que estudos têm mostrado semelhanças que permitem agrupar as línguas Timbira. Dessa forma, Nimuendajú (1946) considera que a unidade do grupo timbira e sua classificação na família linguística Jê são tão evidentes que até hoje não foram postas em dúvida por ninguém que se ocupou seriamente do assunto.

No que diz respeito ao campo dos estudos de parentesco jê, o trabalho de Coelho de Souza (2002) oferece grande suporte acerca do assunto. De acordo com a referida autora, a definição e construção do parentesco, para os Jê, se constituem principalmente com base nos modos de interação verbal, os quais envolvem não apenas uma terminologia de relacionamento específica, mas também o uso do nome próprio e de outras categorias, como as relações de afinidade, relações onomásticas, amizade formal etc.

As chamadas terminologias de relacionamento entre os Jê são famosas pelas flexibilidades de uso e sentido dos termos, e compreender os princípios desse sistema tão criativo foi e ainda é objetivo de muitos estudiosos de línguas Jê.

Primeiramente, é importante definir entre os Jê como/com quem são estabelecidas relações ditas de parentesco. Entre os Jê do norte, por exemplo, Lave (1979 *apud* COELHO DE SOUZA, 2002) apresenta *mekwu* como um termo que rotula o domínio dos relacionamentos em krikati, englobando, de maneira geral, as relações consanguíneas e afins, bem

como de amizade formal e nominação; porém, preferencialmente, este termo será substituído por termos de relacionamento específicos. Em apinayé, haverá um conjunto de termos para as relações de parentesco propriamente ditas, enquanto os classificados como não parentes seriam chamados por seus nomes próprios ou com os termos utilizados conforme o tipo de relacionamento, que podem ser de afinidade ou de amizade formal. Entre os Kayapó, a determinação da relação de parentesco compreenderá todos aqueles a quem se aplica um termo de parentesco ou de afinidade, enquanto os não parentes serão referidos pelo nome pessoal. Já os Panará destacam a importância, para as relações de parentesco, de não se chamar as pessoas pelo seu nome.

Nos Jê centrais, observa-se o fato de os Akwê afirmarem “que todos na comunidade devem ser referidos por um termo de relacionamento específico [...]” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 431). Os Xerente asseguram que, no passado, todos em sua sociedade utilizavam “termos de parentesco” para se chamarem, sendo esse o uso considerado correto, com pequenas exceções que englobariam indivíduos de outras comunidades e casos de negação do laço de parentesco.

Entre os Timbira, é clara a divisão entre as relações que permitem o uso dos nomes pessoais e as que requerem uma terminologia de parentesco específica. Vale ressaltar que o nome, para os Timbira, é entendido como um pré-requisito para a inserção de um novo indivíduo na aldeia, já que, por meio da nominação existe a possibilidade de tal indivíduo adquirir parentes, mesmo sem a presença de laços genealógicos propriamente ditos. A respeito disso, Coelho de Souza (2002, p. 428) afirma: “receber um nome – um nome timbira, por suposto é adquirir, pelo menos virtualmente, ‘parentes’ timbira (isto é, humanos), além de relações cerimoniais (amizade formal) e posições (prerrogativas) rituais”.

Diante dessas considerações, pode-se ressaltar que, de maneira geral, “o nome entre os Jê é, pois, de utilização restrita” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 432). Os nomes carregam o potencial relacional e podem ser considerados termos relacionais mesmo em uma modalidade genérica. Conforme Coelho de Souza (2002), é como se mobilizassem a diferença necessária para se iniciar o ciclo de fabricação de parentes,

ciclo esse que se inicia com o casamento e a procriação.

A respeito do início desse novo ciclo, o casamento, há uma grande divisão entre os sistemas Jê. Existem sistemas que interditam o casamento entre “parentes” e os que, como o dos Kaingang, definem como parceiro ideal um parente como um primo cruzado. Mas, como via de regra, “todos os Jê [...] tendem a ver com maus olhos uniões entre ‘parentes’ próximos, que se pode qualificar como ‘verdadeiros’” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 433).

As relações de afinidade, que nascem junto ao casamento, prescrevem um código de conduta bastante rigoroso, no qual a proibição da utilização do nome é somente um ponto do qual faz parte todo um comportamento evitativo variado. No entanto, faz-se necessário distinguir os cônjuges dos demais afins.

Entre os Jê do norte, observa-se claramente, segundo Coelho de Souza (2002), que as regras de comportamento típicas das relações de afinidade, como, por exemplo, a evitação ou a restrição do uso do nome, não se aplicam aos classificados como “marido” e “esposa”. Estender o uso dos termos para cônjuge aos cunhados e cunhadas, entre outras posições de afinidade, é uma atitude também encontrada em alguns Jê do norte, como os Suyá. Assim cria-se, entre eles, “maridos” e “esposas” classificatórias ou potenciais.

Por outro lado, nos Jê centrais, há indicações de que os termos para “esposa/marido” só sejam utilizados para indicar os cônjuges reais, e somente após o casamento. Com relação aos Jê do sul, conforme Coelho de Souza (2002), observa-se, entre os Kaingang, que os termos para “esposa” e “marido” também podem ser utilizados em algumas comunidades para se referir aos primos cruzados; em outras, restringem-se aos cônjuges reais.

A afinidade é um campo de relações bastante específicas entre os Jê, e a classificação, ou não, dos afins como parentes é bastante variada de acordo com a etnografia. Coelho de Souza (2002) fala a esse respeito sobre os Jê do norte, centrais e do sul.

Entre os Jê do norte, observa-se, segundo Coelho de Souza (2002), que os Apinayé, apesar de considerarem o cônjuge como “não parente”, jamais considerarão os parentes de seus cônjuges da mesma forma, de modo que os membros da família conjugal são classificados

como parentes verdadeiros. Entre os Kayapó, parece evidente que os afins sejam assimilados aos parentes, diferentemente do que ocorre entre os Suyá e os Panará, povos que não parecem considerar os afins como parentes. Suas relações de afinidade são caracterizadas pelo respeito e evitação, com destaque para as figuras dos sogros. Consoante a autora,

o relacionamento entre sogro/a e genro/nora é, como foi dito, marcado por evitação: eles não podem tocar-se, conversar, nem encarar-se diretamente, e jamais se chamam ou se referem pelos nomes. Trata-se, juntamente com a amizade formal, do *locus* principal do 'respeito/vergonha' que marca as relações de afinidade e, de modo mais amplo e de forma atenuada, todo o campo do parentesco (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 445).

O código de conduta entre os afins também exige posturas específicas. Para Coelho de Souza (2002, p. 446), “a etiqueta da afinidade combina regras de restrição interacional com obrigações de troca de comida, bens e serviços (rituais inclusive)”.

Nos Jê centrais, nota-se que os afins também constituem objetos de evitação, com maior enfoque em afins de sexo oposto e menor entre os afins de mesmo sexo, sendo que as restrições interacionais são atenuadas no decorrer do casamento e com o nascimento dos filhos. Por sua vez, entre os Jê do sul, tomando os Kaingang como exemplo, observa-se que não há uma terminologia específica de afinidade, uma vez que os afins são equiparados a primos cruzados.

Com relação aos Timbira, nota-se que as posições de “esposa” e “esposo” contrariam as regras de evitação típicas das relações de afinidade, pois requerem o uso dos nomes pessoais como vocativo. Além disso, os termos para “esposa” e “marido” podem ser utilizados de forma ampliada para designar cunhadas e cunhados, uma vez que as irmãs da esposa seriam todas esposas potenciais de seu marido e os irmãos do marido seriam maridos potenciais de sua esposa. Conforme Ladeira, “[...] um homem aqui não tem cunhadas, pois são todas ‘esposas’, e uma mulher não tem cunhados, pois são todos ‘maridos’” (1982 *apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 438).

Algo característico também entre os Timbira é o emparelhamento

dos irmãos de sexo oposto para a “troca de nomes”, uma vez que, de acordo com as regras de nominação, “o irmão nomeará o filho de sua irmã e esta dará seu nome ao filho de seu irmão” (COELHO DE SOUZA, 2002, p. 437). Sobre isto, Nimuendajú diz o seguinte:

Names are transferred to boys through the matrilineal line, to girls through the patrilineal line. [...] The ideal arrangement is to have a maternal uncle convey his names to his nephew while the paternal aunt transfers hers to her niece<sup>4</sup> (NIMUENDAJÚ *apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 470).

Ainda sobre a nominação timbira, percebe-se que, semelhante à transmissão onomástica que ocorre entre todos os Jê do norte, os nomes podem ser passados, além dos tios para os sobrinhos, dos avôs para os netos, e além das tias para sobrinhas, das avós para as netas.

No que diz respeito à afinidade para os Timbira, Coelho de Souza (2002) afirma não haver clareza na etnografia quanto à classificação ou não dos afins como parentes. Assim como ocorre com a maior parte dos Jê, as relações de afinidade implicam um comportamento respeitoso, com o foco da evitação nos sogros, principalmente de sexo oposto. A etiqueta da afinidade mencionada anteriormente também é válida entre os Timbira, de modo que Melatti (1970 *apud* COELHO DE SOUZA 2002) chega a distinguir os parentes dos afins, entre os Krahó, justamente por esse código de conduta e obrigações.

Os ‘parentes’ são, primeiro, aqueles com quem não se mantém relações sexuais; segundo, são aqueles com quem se *partilha* - e não se *troca* - comida, bens ou serviços: a expectativa de retribuição é difusa e a reciprocidade “generalizada”, ao contrário daquela existente entre afins, baseada na contabilização meticulosa dos dons e contra-dons (MELLATI, 1970 *apud* COELHO DE SOUZA, 2002, p. 446).

## Terminologia de parentesco em parkatêjê

---

<sup>4</sup> “Nomes são transferidos para os meninos através da linha matrilinear, e para as meninas através da linha patrilinear. [...] O arranjo ideal é ter um tio materno para transmitir seus nomes ao sobrinho, enquanto uma tia paterna transmite para a sobrinha” (NIMUENDAJÚ *apud* COELHO, 2002, p. 470. Tradução nossa).



Os sistemas de parentesco em línguas humanas, de modo geral, são estabelecidos de acordo com dois princípios mentais básicos que existem universalmente. Estes princípios são, segundo Batalha (1995), o da *afinidade* e o da *consanguinidade* ou *filiação*. O primeiro princípio, o da afinidade, traduz as relações estabelecidas por grupos sociais distintos, por meio do casamento de um homem e uma mulher, sendo um de cada grupo. O casamento, nesse caso, não significa apenas a ligação entre duas pessoas de sexos diferentes, mas, sobretudo, a união dos grupos aos quais essas pessoas pertencem. Já o segundo princípio, o da consanguinidade, traduz uma relação consanguínea, no qual se agrupam pessoas que partilham o mesmo patrimônio genético, como pai, filho, avô, avó, etc.

Com base nesses dois princípios é possível destacar a terminologia de relacionamento empregada por consanguíneos e afins em parkatêjê.

### Parentesco consanguíneo

Entre os parentes que partilham o mesmo material genético, destaca-se uma lista de termos que podem ser empregados em diferentes contextos, como em sentido de referência, vocativo ou em ambos; e empregados por somente homens, somente mulheres ou por ambos. A partir da lista proposta, serão apresentadas algumas considerações acerca das particularidades de uso e sentido de alguns termos.

#### Lista 1 – Terminologia de consanguinidade em parkatêjê

1. *inxũm* ‘pai de ego’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
2. *apãm* ‘pai de outro’: Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
3. *inxê* ‘mãe/tias de ego do lado materno’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
4. *anã* ‘mãe de outro’: Termo utilizado em sentido de referência por

ambos os sexos.

5. *ikra* 'filho/filha': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
6. *mëikra* 'filhos em geral': Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
7. *ikāmter* 'filho homem': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
8. *ituwahũm* 'filho que já seja pai': Termo utilizado como vocativo por ambos os sexos.
9. *ikrakà* 'filho/filha mais velho(a)': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
10. *ikra apu nata* 'filho/filha do meio': Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
11. *ikra atô nata* 'filho/filha mais novos': Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
12. *akaxwÿi* 'filha': Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
13. *ituwamëxi* 'filha ou sobrinha filha do irmão que seja mãe'. Termo utilizado como vocativo por ambos os sexos.
14. *atõ* 'irmão': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
15. *atõkà* 'irmão mais velho': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
16. *atõi* 'irmã': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
17. *atõikà* 'irmã mais velha': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
18. *atõi apu nata* 'irmã do meio': Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
19. *ihÿ* 'irmão mais velho do pai'. Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo somente pelo sexo masculino.
20. *hêire/hêjê* 'irmão mais novo do pai': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo somente pelo sexo masculino.
21. *kêti* 'avô paterno e materno / tio paterno e materno': Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por

ambos os sexos.

22. *katyi* ‘avó paterna e materna / tia chamada pelos filhos dos irmãos’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
23. *anãti/re* ‘tia chamada pelos filhos das irmãs’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
24. *inxêkà* ‘tia mais velha chamada pelos filhos das irmãs’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
25. *inxê kupry* ‘tia materna solteira’: Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
26. *itwua* ‘neto ou neta do lado paterno e materno / filho ou filha dos irmãos’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos
27. *atõiti/re* ‘primo do lado paterno e materno’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.
28. *atõiti/re* ‘prima do lado paterno e materno’: Termo utilizado tanto em sentido de referência quanto como vocativo por ambos os sexos.

A Lista 1 evidencia a necessidade de clareza quanto ao contexto de uso dos termos da língua parkatêjê, principalmente quando se trata da questão “termo vocativo”, “termo de referência” ou “ambos”.

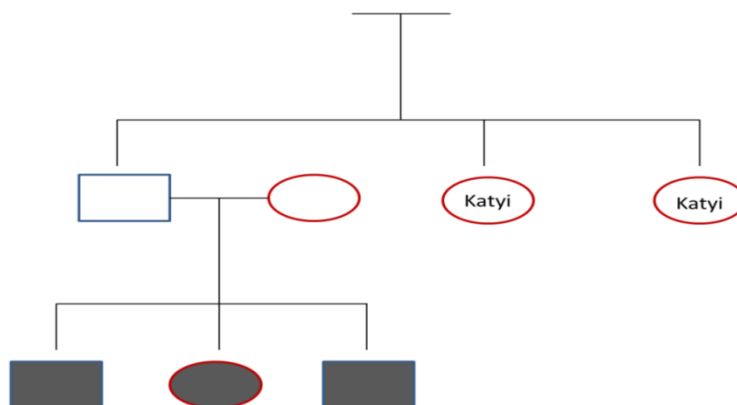
Observa-se que, entre os Parkatêjê, para designar parentes solteiros ou casados, é preponderante a indicação da existência de filhos para definir o termo a ser empregado, pois é este o fator que implicará na distinção entre os termos de parentesco utilizados, a exemplo do que ocorre nos termos “*ituwahũm*” e “*ituwamẽxi*”. Tais termos são chamados tecnônimos e, como se verá adiante, são utilizados de forma bastante ampla, englobando tanto parentes consanguíneos quanto afins.

O emprego dos sufixos de tamanho {-*t*}, ‘grande’ e {-*re*}, ‘pequeno’, os quais, conforme Araújo (1989), podem expressar tamanho físico nesses casos, também é observado, por exemplo, no termo (“*anãti/re*”).

Ainda na Lista 1, percebe-se o uso de termos diferenciados para indicar tias paternas e tias maternas. As irmãs da mãe são tratadas

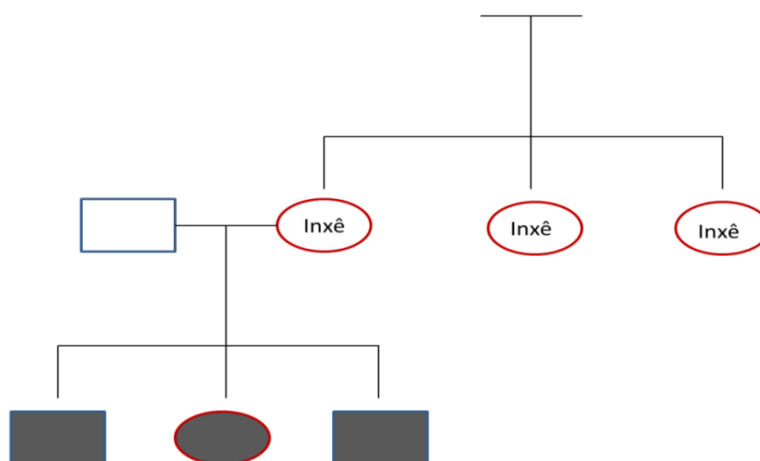
como a própria mãe por parte dos sobrinhos, “*inxê*” ou “*anã*”, mas a escolha entre estes dois termos é opcional ao falante. Por sua vez, as irmãs do pai são designadas do mesmo modo que as avós, “*katyi*”, como pode ser constatado nas Figuras 1 e 2, a seguir:

Figura 1: Termos utilizados pelos sobrinhos para se dirigir às tias do lado paterno.



Fonte: Elaboração própria.

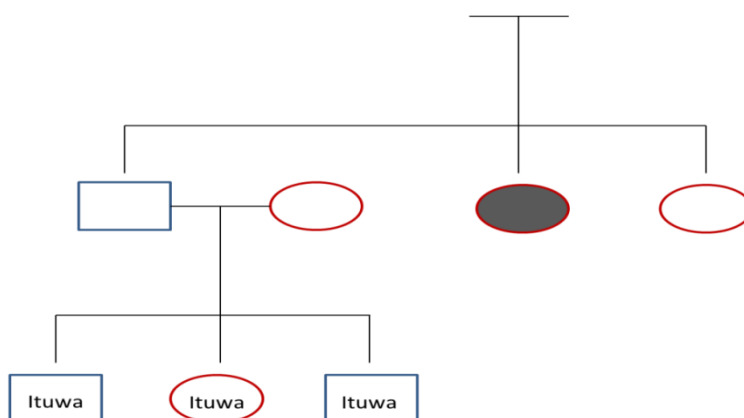
Figura 2: Termos utilizados pelos sobrinhos para se dirigir às tias do lado materno.



Fonte: Elaboração própria.

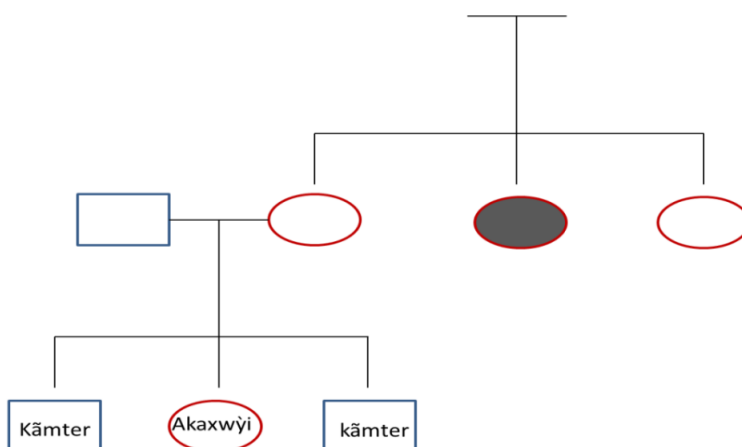
Da mesma forma ocorre o inverso. A “tia” irá se referir aos sobrinhos filhos do irmão homem por “*ituwa*”, termo genérico para “sobrinho”. Todavia, para os sobrinhos filhos de suas irmãs, usará “*kāmter*” e “*akaxwÿi*”, termos referentes a “filho” e “filha”, respectivamente<sup>5</sup>, como demonstram as Figuras 3 e 4:

Figura 3: Termos utilizados pelas tias para se dirigir aos sobrinhos filhos do irmão homem.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 4: Termos utilizados pelas tias para se dirigir aos sobrinhos filhos da irmã.



Fonte: Elaboração própria.

<sup>5</sup> Os sobrinhos representados nestes esquemas ainda não possuem filhos hipoteticamente, caso já os tivessem, seriam designados “*ituwamēxi*”, mulheres, e “*ituwahũm*”, homens.

No que diz respeito ao sistema de atitudes entre parentes consanguíneos, verifica-se que, na cultura parkatêjê, assim como é típico no padrão timbira, há a proibição de relações sexuais entre parentes desta categoria. Arnaud (1964, p. 3) afirma que, em parkatêjê, “os casamentos com parentes consanguíneos próximos, bilaterais, são basicamente proibidos, seja na linha da geração própria ou na linha oblíqua (entre primos paralelos ou cruzados, tios e sobrinhas, etc.)”.

Outro fato relevante é que, entre parentes consanguíneos parkatêjê, a oferta de alimentos, ajuda ou serviços é feita sem que se espere uma retribuição em troca. Assim como descrito por Melatti (1973 p. 16) para o Krahô, “as dádivas e as prestações de serviço entre consanguíneos são um fluir contínuo que perdura por toda a vida dos parentes”.

A seguir apresentam-se algumas considerações acerca da terminologia de afinidade na língua parkatêjê.

### Terminologia de afinidade

Com referência à terminologia de afinidade em parkatêjê, também destaca-se uma lista contendo os termos utilizados nas posições de afins. Com base na lista, serão feitas algumas considerações a respeito desta terminologia.

#### Lista 2 – Terminologia de afinidade em parkatêjê

1. *ipiê* ‘marido’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.
2. *ijêxi* ‘esposa’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo masculino.
3. *ipré* ‘sogra’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.
4. *ipãñãre* ‘sogra’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo masculino.
5. *iprekê* ‘sogro’: Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.

6. *ixwỳ* ‘nora ou cunhada que ainda não sejam mães’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.
7. *akaxwỳiměhũm* ‘pai da minha filha’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.
8. *piajõ* ‘genro ou cunhado que ainda não seja pai’: Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
9. *aparměhũm* ‘genro’: Termo utilizado em sentido de referência por ambos os sexos.
10. *ituwaměxi* ‘nora ou cunhada que seja mãe’: Termo utilizado como vocativo por ambos os sexos.
11. *ituwahũm* ‘genro ou cunhado que já seja pai’: Termo utilizado como vocativo por ambos os sexos.
12. *ijêxitõ* ‘irmão da esposa’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo masculino.
13. *ipiêntõ* ‘irmão do marido’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.
14. *atõjpiên* ‘marido da irmã’: Termo utilizado em sentido de referência pelo sexo feminino.

Nos termos destacados na Lista 2, observa-se que a maioria dos termos podem ser usados somente em sentido de referência. Tal constatação reflete diretamente o código de conduta típico das relações ditas de afinidade, conforme descrito por Coelho de Souza (2002) e referido anteriormente.

Dirigir-se diretamente a parentes afins é muito delicado, pois esse tipo de relacionamento é bastante caracterizado pelo “respeito/vergonha” e evitação. Assim como ocorre na maioria dos povos Timbira, o foco da evitação são os “sogros (as)” por parte dos “genros” e “noras”.

A “conjugalidade classificatória” também é observada; porém, nessa relação, o indivíduo não tem com suas “esposas classificatórias” as mesmas obrigações que tem com sua esposa propriamente dita, a saber, ter relações sexuais, vestir, prestar serviços, etc. A “conjugalidade classificatória” fica, pode-se dizer, no plano das potencialidades em virtude da monogamia.

A restrição de uso de alguns termos, por exemplo, “*iprê*”,

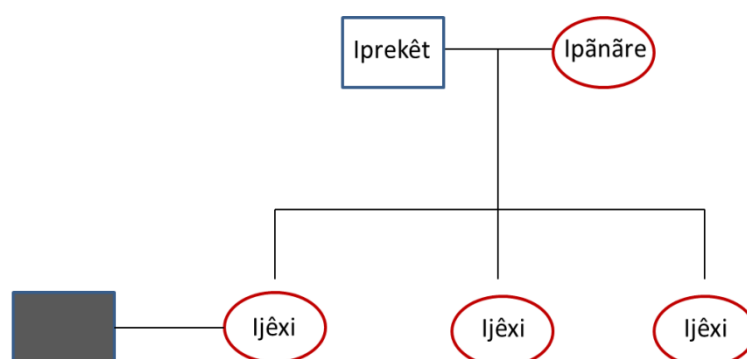
“*ipiêntõ*”, “*atõjipiên*”, entre outros, somente para o sexo feminino, é observada, bem como em termos como “*ipãnãre*”, que são restritos somente ao sexo masculino.

Os tecnônimos apresentados na terminologia para parentes consanguíneos se fazem presentes na terminologia para afins, pois se observa que esses termos são utilizados amplamente. Neste caso, tais termos fazem referência a noras ou cunhadas que já tenham filhos, assim como a genros ou cunhados que já tenham filhos.

Os índios Parkatêjê organizam-se em grupos domésticos orientados pela linha feminina, sendo a matrilocidade e a uxorilocalidade os padrões desta organização (ARNAUD, 1964). Com o casamento, o genro irá viver uxorilocalmente, isto é, o casal viverá na casa dos familiares de sua mulher, e, conforme Coelho de Souza (2002, p. 445), deverá “portar-se dentro de casa de modo discreto, e comunica-se com os sogros – especialmente a sogra – por intermédio da esposa”.

Na representação abaixo, é possível observar como o marido pode referenciar sua esposa, os pais dela e a sua cunhada. Nota-se, nessa representação, um exemplo de “esposa real” e “esposa classificatória”, ambas designadas pelo mesmo termo.

Figura 5: Termos utilizados pelo marido para designar sua esposa, cunhadas e sogros.



Fonte: Elaboração própria.

Diferentemente das relações entre consanguíneos, para os quais não se espera retribuições explícitas por favores prestados, entre afins são justamente essas retribuições uma das maiores marcas deste tipo



de relacionamento. De acordo com Coelho de Souza (2002, p. 436), “a etiqueta da afinidade combina regras de restrição interacional com obrigações de troca de comida, bens e serviços (rituais inclusive)”.

A língua parkatêjê apresenta uma terminologia diferenciada para se referir aos parentes já falecidos. Esta especificidade será demonstrada a seguir.

### Terminologia específica para parentes mortos

A terminologia de parentesco, em parkatêjê, possui termos diferenciados para fazer referência a parentes mortos, à semelhança do que ocorre no krahô (MELATTI, 1973). Tanto parentes consanguíneos quanto afins serão designados com termos especiais após a morte.

De acordo com Araújo (1989, p. 102), os termos referenciados servem para designar não somente parentes mortos, mas também um parente que esteja “tão longe que não haja esperança de revê-lo”. No entanto, na condução desta pesquisa, esta última possibilidade não foi verificada.

Na lista a seguir apresentam-se alguns termos utilizados pelos Parkatêjê para se referir a parentes mortos.

#### Lista 3 – Terminologia empregada para designar parentes mortos

1. *kūmxwỳ* ‘pai ou padrasto falecidos’
2. *ikra* ‘filho ou filha falecido(a)’
3. *ityrxwỳ* ‘mãe falecida’
4. *itamxwỳ* ‘neto ou sobrinhos falecido’
5. *iwawy* ‘genro ou cunhado falecido’
6. *ixwỳixwỳ* ‘nora falecida’
7. *ipānxwy* ‘sogra falecida’
8. *prewỳ* ‘sogro falecido’
9. *hōrêre* ‘primo falecido’
10. *iprõ* ou *iprõkwỳi* ‘esposa falecida’
11. *ipijê* ‘marido falecido’
12. *ikranhum* ‘sobrinho falecido’

13. *ipiaxwỳ* ‘irmã mais velha falecida’
14. *ihỳrxwỳ* ‘irmão mais velho falecido’
15. *kexwỳ* ‘tio ou avô falecido’
16. *ipurxwỳ* ‘tia ou avó falecidas’
17. *iprewỳ* ‘sogro ou cunhado falecidos’

## Nominação

O sistema de nominação em parkatêjê, assim como na maior parte dos povos Timbira, encontra-se diretamente ligado às relações de parentesco. A nominação para esse povo exerce um papel fundamental quando se trata das relações relativas ao uso dos termos de parentesco da língua. Pode-se dizer que a relação estabelecida com a nominação vai muito além de “nominador/nominado”, pois basicamente ocorre uma transformação nas relações tidas como convencionais, por assim dizer.

Como discutido anteriormente a respeito das características do parentesco timbira, sabe-se que, entre estes povos, ao receber um nome, o nominado recebe também potencialmente todos os relacionamentos de seu nominador, ou seja, inclui receber seus parentes consanguíneos ou por afinidade, bem como suas relações cerimoniais e de amizade formal, os quais, conseqüentemente, serão designadas pelo nominado pelos mesmos termos de relacionamento utilizados por seu nominador (COELHO DE SOUZA, 2002). A onomástica em parkatêjê segue de acordo com esse padrão.

Segundo Arnaud (1964), a transmissão de nomes pessoais em parkatêjê,

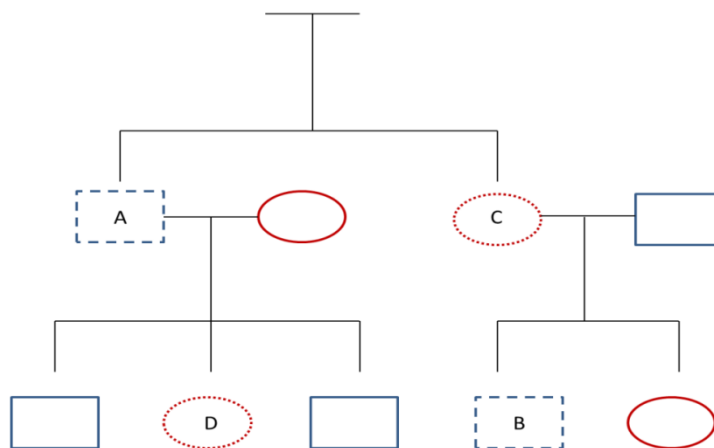
verifica-se do irmão da mãe (tio) para filho da irmã (sobrinho) = (keti – itua) e da irmã do pai (tia) para filha do irmão (sobrinha) = (katuí – itua), preferencialmente, e também do pai do pai e da mãe, e mãe da mãe e do pai, aos quais são aplicados os mesmos designativos (keti, katuí) (ANAUD, 1964, p. 4).

Essa descrição de Arnaud (1964) acorda com o padrão descrito por Coelho de Souza (2002) para os Timbira, e também foi confirmada durante o trabalho de campo realizado pelas autoras deste trabalho na

comunidade indígena em questão.

Nos próximos esquemas, observam-se as consequências de um par de irmãos do sexo oposto nominarem os filhos um do outro:

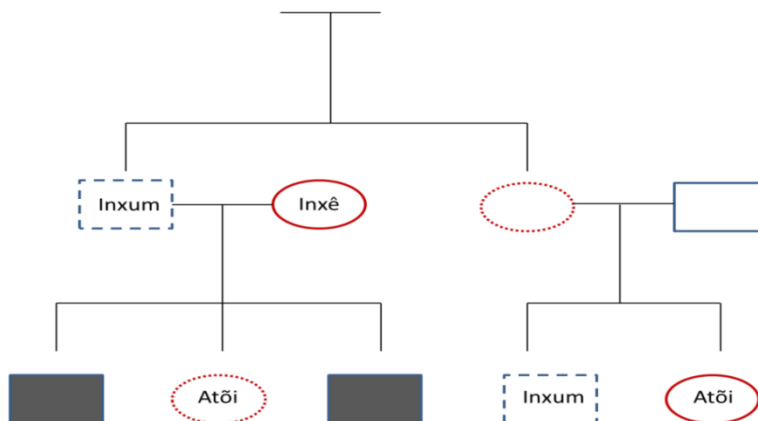
Figura 6: Esquema demonstrando os pares envolvidos na nomação.



Fonte: Elaboração própria.

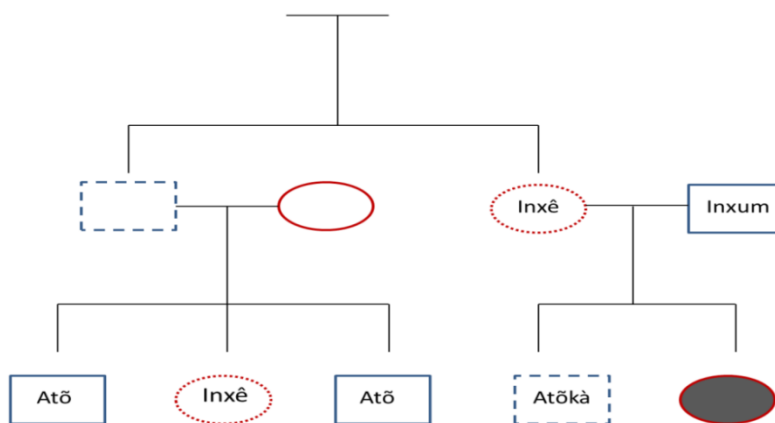
A Figura 6 aponta que “A” nominou “B” e “C” nominou “D”. Dessa forma, “B” e “D” assumirão, potencialmente, tudo o que pertence a “A” e “C” (por exemplo, seus filhos, seus cônjuges, seus amigos formais etc.). Em consequência, a terminologia de parentesco será afetada, pois “B” e “D” receberão os chamamentos dados a “A” e “C” e, assim, deverão tratar seus parentes como seus nominadores os tratam – à exceção das relações diretas como pai, mãe e irmãos –, como evidenciam os esquemas a seguir:

Figura 7: Parentes referidos pelos irmãos de 'D'.



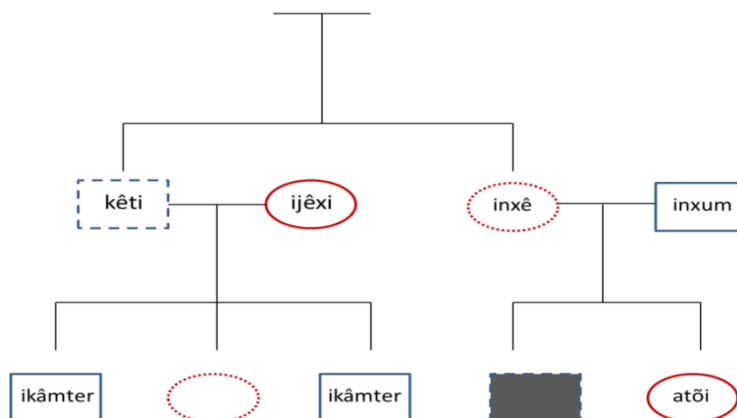
Fonte: Elaboração própria.

Figura 8: Parentes referidos pela irmã de "B".



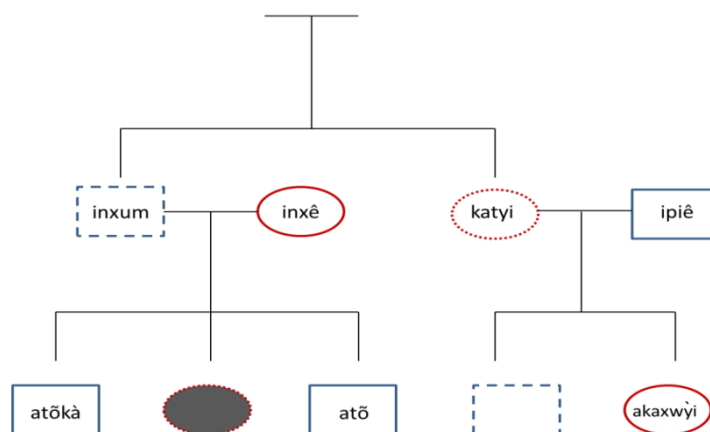
Fonte: Elaboração própria.

Figura 9: Parentes referidos por “B”.



Fonte: Elaboração própria.

Figura 10: Parentes referidos por “D”.



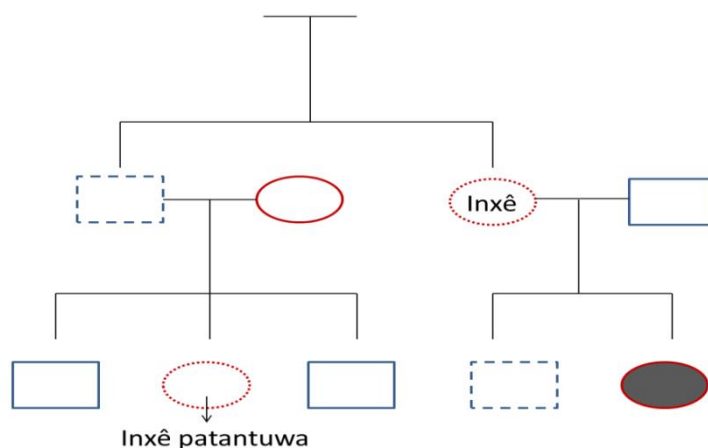
Fonte: Elaboração própria.

Outra consequência da nomação envolvendo dois irmãos de sexo oposto, que nominaram os filhos um do outro, é que os dois indivíduos nominados (“B” e “D”, neste caso) têm duas formas de chamamento entre si: uma no qual assumem a relação de seu nominador e outra na qual assumem a relação do nominador do outro. Assim, “B” é, potencialmente, filho e/ou pai de “D”; “D”, por sua vez, é, potencialmente, mãe e/ou filha de “B”.

A nomação envolve, ainda, o termo “*patantuwa*”, que pode aparecer na representação acompanhando os termos de parentesco “*inxum*” e “*inxê*” para os nominados, pois se trata de um termo

diretamente relacionado à nominação, para o qual a tradução mais próxima seria “afilhado”. Na Figura 11, há a ocorrência de “*inxê patantuwa*”, que quer dizer “afilhada da mãe” ou “batizada pela mãe”.

Figura 11: Esquema demonstrando a utilização do termo “*patantuwa*”.



Fonte: Elaboração própria.

O termo “*patantuwa*” pode ocorrer ligado a vários termos de parentesco para indicar a nominação, como “*apiê patantuwa*”, “afilhado do marido”, “*kêti patantuwa*”, “afilhado do avô” etc.

Observa-se que, em parkatêjê, a nominação não é algo estabelecido definitivamente. Em alguns casos, existe a possibilidade de mudança de nome do nominado em virtudes de desavenças familiares com o nominador. Arnaud (1964, p. 5) também relata que pode haver mudança no nome de um indivíduo quando este tem seu primeiro filho e a partir de então passa a ser denominado “pai de fulano ou de fulana”, tal como ocorreu com o atual chefe parkatêjê, o qual se chamava Topramre e recebeu, posteriormente, o nome Krôhokrenhum, que significa “pai da Krôhokre”. Porém, ao confirmar esta informação com o próprio Krôhokrenhum, as autoras obtiveram a informação de que o chefe Parkatêjê recebeu o nome Krôhokrenhum de sua tia, muito antes do nascimento de sua filha, e não a partir desse evento, como uma forma de, em suas palavras, “segurar o nome” que daria à sua filha quando esta nascesse, ou seja, garantir que a criança receberia o nome Krôhokre.

Como se pôde ver, entender o sistema de nominação em

parkatêjê é um pré-requisito para entender alguns usos da terminologia de parentesco da língua, sendo este mais um exemplo da intrínseca relação entre língua e cultura.

### Considerações finais

A terminologia de parentesco da língua parkatêjê, objeto de pesquisa do presente estudo, foi primeiramente documentada pelo antropólogo Expedito Arnaud (1964), o qual apresentou em seu trabalho uma lista significativa de termos de parentesco da língua. Araújo (1989), entre outros, também documentaram alguns termos de parentesco da referida língua em trabalhos esparsos; todavia, o presente estudo diferencia-se dos trabalhos supracitados por englobar aspectos não expostos anteriormente, como a restrição de termos a um sexo ou a outro e a questão do uso dos termos em sentido de vocativo e/ou referência, além de apresentar termos não documentados nos trabalhos até então conhecidos sobre o tema. A documentação de forma mais abrangente e de acordo com a ortografia parkatêjê foi uma das preocupações para a elaboração das listas apresentadas neste trabalho, pois Arnaud, por exemplo, na época em que elaborou sua lista de termos, não dispunha da ortografia da língua, tendo que transcrever os termos de forma aproximada a como os mesmos são pronunciados.

Desse modo, o objetivo deste estudo foi apresentar questões referentes à terminologia de parentesco da língua parkatêjê a partir de uma abordagem linguístico-antropológica, discutindo aspectos da referida terminologia.

Observa-se, com base nos subsídios teóricos específicos e no que foi constatado com o trabalho de campo realizado, que, de modo geral, as relações de parentesco são estabelecidas segundo dois princípios fundamentais: consanguinidade e afinidade. Desse modo, são listados os termos de parentesco da língua parkatêjê para parentes consanguíneos e afins, bem como para os parentes já falecidos, delimitando suas especificidades.

Diante da terminologia de parentesco parkatêjê, constata-se que o sistema de nomenclatura da língua é peça fundamental para a

compreensão do modo de utilização dos termos de parentesco.

Dessa forma, espera-se que a discussão apresentada acerca da terminologia de parentesco do povo Parkatêjê, assim como a documentação de tais termos dessa língua em perigo de extinção, contribua para as pesquisas em línguas Jê, e também seja um material relevante para uma maior compreensão da língua e da cultura parkatêjê.

### Referências bibliográficas

ARAÚJO, Leopoldina Maria Souza de. **Aspectos da língua gavião-jê**. 1989. 183 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, [1989].

ARNAUD, Expedito. A terminologia de parentesco dos índios Gaviões de Oeste (Parkatêjê): Tocantins, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém do Pará, v. 20, p. 1-35, 1964.

BATALHA, Luís. **Breve análise sobre o parentesco como forma de organização social**. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa, 1995.

COELHO DE SOUZA, Marcela. **O traço e o círculo: o conceito de parentesco entre os Jê e seus antropólogos**. 2002. 668 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, [2002].

FERREIRA, Marília de Nazaré de Oliveira. **Estudo morfossintático da língua parkatêjê**. 2003. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, [2003].

JÕPAIPARE, Toprãmre Krôhòkrenhũm. **Me ikwỳ tekjê ri: isto pertence ao meu povo**. Marabá: Gknoronha, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1976.

LYONS, Jhon. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MELATTI, Julio. **O sistema de parentesco dos índios Krahó**. Brasília: UnB, 1973. Série Antropologia.

NIMUENDAJÚ, Curt. The eastern Timbira. **American Archaeology and Ethnology**, Harvard, v. 41, p. 336-314, 1946.



RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

SAPIR, Edward. **Selected writings in language, culture, and personality**. Berkeley: The University of California Press, 1985.

SILVA, Marcio. Linguagem e parentesco. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 133-161, 1999. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br) . Acesso em: 18 abr. 2014.

---

Recebido em: 04/08/2014 \* Aprovado em: 02/04/2015 \* Publicado em: 30/06/2015

---